

PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.281 - MS (2019/0053987-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
REQUERENTE : EXECUT ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME
REQUERENTE : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
(PRODESAM I)
ADVOGADOS : ABADIO MARQUES DE REZENDE - MS002894
FREDERICO PEREIRA DA SILVA - DF037849
REQUERIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO E OUTRO(S) - SP012363
EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES - SP132932
RENNAN FARIA KRUGER THAMAY - SP349564

DESPACHO

Trata-se de petição atravessada por EXECUT ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - ME após a publicação do acórdão de fls. 1829-1830, que negou provimento ao agravo interno interposto pela ora requerente.

Objetiva denunciar alegada existência de fraude processual por parte do requerido, o qual teria lançado proposta de direito creditório real de alto valor financeiro, cuja realização fora efetivamente comprovada, mas que em sede processual fora negada a existência de negócio jurídico entre as partes.

Pede, assim, que seja determinada a abertura de investigação pela autoridade policial federal.

É o relatório.

Esta Corte, nos limites de sua função jurisdicional suscitada por meio de agravo em recurso especial negou-lhe provimento sob a seguinte síntese:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO CONFIGURADA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL.

1. Inviabilidade de reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdiccional se a questão dita como omissa nas razões do recurso especial para embasar a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC não fora suscitada pela parte recorrente por meio de embargos de declaração.

2. Deficiência de fundamentação do recurso especial constatada, uma vez que a parte recorrente deixou de apresentar argumentação lógica, com apontamento claro de qual dispositivo legal teria sido malferido pela decisão recorrida. Incidência da Súmula 284 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

3. A indicação de quais dispositivos de lei federal teriam sido violados pelo tribunal de origem somente em sede de agravo interno corresponde à inadmissível inovação recursal.

4. Agravo interno não provido.

Circunscreveu-se em analisar as petições de agravo em recurso especial recurso especial e acórdão recorrido para chegar a conclusão de inviabilidade desta Corte adentrar ao mérito das questões suscitadas por meio do recurso especial.

Nenhuma situação que pudesse suscitar o encaminhamento dos autos para autoridade policial para fins de investigação foram constatados, dentro dos limites jurisdicionais abertos pelo recurso especial, de modo a justificar requisição de abertura de inquérito policial por esta figura judiciária, nos termos do art. 5º, II, do Código de Processo Penal.

Sendo assim, não havendo nada a deferir e já esgotada a prestação jurisdicional, determino seja certificado o trânsito em julgado do feito, bem como a baixa dos autos ao tribunal de origem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator